

Direitos Humanos e Educação

Educação em Direitos Humanos na perspectiva histórico-crítica: experiência formativa com adolescentes no NEDDIJ-UENP.

Otávio Soares da Silva ¹
Gabriela Aparecida de Assis²
Suédina Brizola Rafael Rogato³

RESUMO

O presente trabalho investiga as contribuições da articulação entre Educação em Direitos Humanos e a Pedagogia Histórico-Crítica na formação de adolescentes críticos. O objetivo é analisar experiências formativas do NEDDIJ/UENP e seus impactos na cidadania e no protagonismo juvenil. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, baseada na análise das ações realizadas entre 2024 e março de 2026. Os resultados mostram que as práticas evidenciam a relevância dessas abordagens para a compreensão das desigualdades sociais, o fortalecimento da autonomia e a consolidação do NEDDIJ como espaço formativo voltado à emancipação humana, promovendo reflexões críticas sobre direitos, deveres e participação social ativa.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Ações formativas; Protagonismo juvenil; Pedagogia Histórico-Crítica.

ABSTRACT

This study investigates the contributions of the articulation between Human Rights Education and Historical-Critical Pedagogy in the formation of critical adolescents. The objective is to analyze the formative experiences of NEDDIJ/UENP and their impacts on citizenship and youth empowerment. This is a qualitative, descriptive research, based on the analysis of actions carried out between 2024 and March 2026. The results show that the practices demonstrate the relevance of these approaches for understanding social inequalities, strengthening autonomy, and consolidating

¹ Acadêmico do curso de Pedagogia, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus de Jacarezinho/PR. É bolsista estudante de Pedagogia do Projeto de Extensão do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ/UENP). otavio10wb@gmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus de Jacarezinho/PR. É bolsista pedagoga do Projeto de Extensão do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ/UENP). gabiassis94@hotmail.com.

³ Mestre em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Assis/SP. Atua como professora universitária da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e como supervisora do Projeto de Extensão do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ/UENP). suedina@uenp.edu.br.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

NEDDIJ as a formative space focused on human emancipation, promoting critical reflections on rights, duties, and active social participation.

Keywords: Human Rights Education; Training actions; Youth empowerment; Historical-Critical Pedagogy.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

1 INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos tem-se consolidado como um instrumento essencial para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e preparados para intervir na realidade social, sobretudo em contextos marcados por desigualdades e vulnerabilidades. Sua relevância decorre da compreensão de que, apesar dos direitos humanos serem inerentes a todo ser humano, sua efetivação depende de garantias históricas, sociais e políticas, construídas ao longo das lutas e transformações das sociedades.

Ao olhar para a educação, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, percebe-se que esta se ancora na realidade concreta das relações sociais e das condições materiais de vida, permitindo aos indivíduos compreenderem sua posição no mundo e desenvolverem consciência crítica para atuar em sua transformação. Nesse contexto, a Pedagogia Histórico-Crítica, proposta por Dermeval Saviani (2011), oferece fundamentos teóricos e metodológicos para a Educação em Direitos Humanos, ao defender a necessidade do conhecimento sistematizado na formação de sujeitos emancipados.

Para essa vertente, educar não se limita à transmissão de conteúdos ou valores, mas consiste em promover a apropriação crítica do saber, possibilitando a compreensão das contradições sociais, a superação do senso comum e a atuação consciente na realidade (SAVIANI, 2011). Assim, à articulação entre Educação em Direitos Humanos e a pedagogia crítica evidencia que à educação deve ser um espaço de reflexão e transformação social, orientado à construção de sujeitos críticos e reflexivos.

O Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), vinculado à Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus Jacarezinho/Pr, emerge como um espaço privilegiado de articulação entre teoria e prática. Desenvolvem-se ações interdisciplinares entre as áreas jurídica e pedagógica voltadas à promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, pautando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). As experiências formativas promovidas pelo NEDDIJ, como rodas de conversa, oficinas temáticas, capacitações, palestra, entre outros, exemplificam a aplicação prática da

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Educação em Direitos Humanos em consonância com a Pedagogia Histórico-Crítica, oferecendo oportunidades para que os adolescentes compreendam seus direitos, analisem as condições sociais que os afetam e construam protagonismo em suas vidas.

A partir desse viés, o presente trabalho tem como justificativa a necessidade de compreender e fortalecer práticas educativas que, além de transmitir conhecimentos normativos, promovam a consciência crítica, a cidadania e a emancipação de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, investigar as ações do NEDDIJ-UENP permite evidenciar a educação, articulada à reflexão histórica e crítica, contribui para a formação de sujeitos capazes de intervir na realidade social de forma reflexiva e responsável.

Nesse sentido, a problemática da pesquisa consiste em investigar se é possível articular práticas pedagógicas fundamentadas na Educação em Direitos Humanos e na Pedagogia Histórico-Crítica nas ações formativas com adolescentes, promovidas pelo NEDDIJ/UENP, desenvolvidas em diferentes espaços educativos? A partir desse questionamento, o objetivo deste estudo é analisar as experiências formativas desenvolvidas pelo NEDDIJ/UENP, identificando as contribuições da Educação em Direitos Humanos para a promoção da cidadania, do protagonismo juvenil e da compreensão crítica das desigualdades e contradições sociais para os adolescentes.

A presente pesquisa está fundamentada em uma abordagem metodológica de cunho bibliográfico, qualitativo e de caráter descritivo, conforme proposto por Antônio Carlos Gil (2019). A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos e documentos oficiais, possibilitando a construção de um referencial teórico consistente sobre a temática abordada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca compreender e interpretar fenômenos sociais relacionados à educação em direitos humanos, sem a utilização de dados estatísticos. Além disso, possui caráter descritivo, pois tem como objetivo descrever e analisar conceitos, práticas e relações presentes no contexto formativo do NEDDIJ/UENP, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada.

Dessa forma, esta pesquisa busca demonstrar a articulação que a Educação

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

em Direitos Humanos, fundamentada na pedagogia crítica e implementada em espaços de prática social formativa como o NEDDIJ, representa um potente instrumento pedagógico para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e socialmente engajados, fortalecendo a relação entre educação, direitos humanos e transformação social.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação em Direitos Humanos e a Pedagogia Histórico-Crítica

Antes de discutir a Educação em Direitos Humanos e sua articulação com a Pedagogia Histórico-Crítica, faz-se necessário explicitar o que se compreende por Pedagogia e pelo papel do pedagogo, frequentemente reduzido por visões simplificadoras presentes no senso comum.

Ao analisar o que é a Pedagogia, muitos a resumem como uma formação de professores voltados unicamente à Educação Infantil ou à capacitação de futuros coordenadores de uma escola regular; o que por sua vez, não é uma verdade. Dentre os diversos estereótipos presentes no senso comum, é possível deparar-se com inúmeros comentários que buscam simplificar o papel do educador como um “mero cuidador”, dispensando quaisquer outros recursos necessários que tornam um pedagogo alguém apto para agir de maneira científica e técnica na sociedade.

Em uma reflexão simples, percebe-se que a Pedagogia tramita entre as vertentes que articulam as diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para a compreensão do ser humano enquanto sujeito em desenvolvimento. Nesse sentido, “o homem não se faz homem naturalmente; [...] para saber pensar, sentir, querer e agir é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo” (SAVIANI, 2011, p. 7).

Nessa direção, é importante destacar que a atuação do pedagogo não se restringe aos espaços escolares formais. Trata-se de um profissional que pode intervir em múltiplos contextos sociais, organizações não governamentais, projetos sociais, instituições jurídicas e hospitalares, além de atuar na formulação de políticas públicas e na mobilização de movimentos sociais. Em todos esses espaços, o trabalho pedagógico mantém sua intencionalidade formativa, contribuindo para o

desenvolvimento de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade.

É neste complexo cenário que se insere à Educação em Direitos Humanos, a qual deve ser compreendida a partir de sua origem histórico-social. O tema dos direitos humanos decorre de um longo processo histórico, marcado por relações de dominação entre os indivíduos. Na América Latina, em especial, a concepção de Educação em Direitos Humanos emerge em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades sociais, regimes autoritários e sistemáticas violações de direitos. Conforme analisa Candau (2008), sua consolidação está diretamente relacionada aos processos de redemocratização ocorridos a partir das décadas de 1980 e 1990, quando diferentes movimentos sociais, educadores e organizações da sociedade civil passaram a reivindicar não apenas a garantia formal de direitos, mas também a formação de sujeitos capazes de reconhecê-los e defendê-los. No Brasil, esse movimento ganha força no período pós-ditadura civil-militar, articulando-se à luta pela ampliação da cidadania e pela construção de uma cultura democrática, na qual a educação assume papel central na promoção, proteção e efetivação dos direitos humanos.

À medida que as sociedades se desenvolveram e se organizaram, tornou-se necessário estabelecer direitos que garantissem proteção às pessoas e assegurassem condições mínimas de existência digna. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, essas conquistas não podem ser entendidas como resultados de abstrações ou ideais universais, mas como produtos das relações materiais e das condições de vida concretas dos indivíduos. Ao desenvolver sua produção material e suas relações sociais, os homens adquirem a capacidade de transformar sua realidade e, conseqüentemente, modificar a forma do pensá-la. Dessa forma, a consciência sobre direitos e deveres surge da experiência concreta das relações sociais e das lutas históricas “[...] não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2005, p. 52). Assim, a Educação em Direitos Humanos se articula com uma leitura crítica da realidade social, preparando os sujeitos para compreender as contradições históricas, agir de forma consciente e promover a transformação social.

Desse processo, consolidou-se a noção de direitos fundamentais que ultrapassam a dimensão biológica dos indivíduos, passando a abranger condições

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

essenciais à vida em sociedade, como a liberdade, a igualdade, a educação, a saúde e a segurança (BALECHE; SILVA, 2017). Assim, esses direitos não são naturais ou imutáveis, mas, construções históricas, resultantes de lutas sociais e transformações nas formas de organização da vida coletiva.

Pode-se compreender a Educação em Direitos Humanos como um processo formativo voltado à construção de valores e práticas sociais que assegurem o respeito à dignidade humana e não apenas como uma difusão de conteúdos normativos ou à identificação de direitos legalmente garantidos. Conforme afirma, Santos, Santos e Santos (2022) essa educação está voltada para a formação de valores, atitudes e ações nos indivíduos, visando o respeito à dignidade da pessoa humana.

Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2018), a Educação em Direitos Humanos configura-se a partir de um processo educativo contínuo, intencional e sistemático, voltado à formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de agir de forma crítica, ética e participativa nos espaços sociais. Seu objetivo é promover uma cultura fundamentada nos princípios a dignidade humana, a igualdade, a justiça social e no respeito às diferenças.

Essa perspectiva encontra fundamentação na Pedagogia Histórico-Crítica, que defende a centralidade do conhecimento sistematizado como condição para a formação da consciência crítica. Para essa vertente, a educação deve promover a superação do senso comum por meio da apropriação dos conhecimentos científicos, permitindo ao sujeito compreender a realidade em sua totalidade e em suas contradições (SAVIANI, 2011).

Dessa forma, a articulação entre a Educação em Direitos Humanos e a Pedagogia Histórico-Crítica evidencia que a formação para os direitos humanos não pode prescindir do acesso ao saber elaborado. Ao contrário, é por meio dele que os sujeitos podem compreender as determinações sociais que estruturam as desigualdades e, assim, atuar de maneira consciente na transformação da realidade. Nessa perspectiva, a educação deixa de ser apenas um espaço de transmissão de valores e passa a se constituir uma prática social comprometida com a emancipação humana.

Em consonância com essa pedagogia emancipatória, Saviani (2011) destaca

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

a importância de uma educação sistematizada, na qual o saber objetivo ocupa lugar central. Conforme o autor, “[...] Não obstante todo conhecimento ser interessado, a objetividade é possível porque não é todo interesse que impede o conhecimento objetivo. Há interesses que não só não impedem como exigem a objetividade” (SAVIANI, 2011, p. 7). Assim, o conhecimento sistematizado busca superar o senso comum, possibilitando uma compreensão mais profunda e crítica da realidade social.

A partir desse segmento, iniciativas como as desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ) evidenciam a relevância da Pedagogia Histórico-Crítica na promoção da Educação em Direitos Humanos. Fundamentadas em marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal (1988) e demais leis vigentes, tais práticas pedagógicas contribuem para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender sua realidade e atuar na garantia de direitos.

Por fim, essa articulação entre Educação em Direitos Humanos e Pedagogia Histórico-Crítica se concretiza na valorização de uma didática científica que visa à superação do conhecimento espontâneo. Nesse processo, opiniões e percepções imediatas não são descartadas, mas ressignificadas à luz do conhecimento sistematizado, que assume papel central na organização do ensino. Dessa maneira, os sujeitos passam a compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, superando visões simplificadoras e reconhecendo a multiplicidade de determinações que constituem a realidade.

2.2 Experiências formativas com adolescentes no NEDDIJ/UENP

Em consonância com os pressupostos da Educação em Direitos Humanos, pautados na Pedagogia Histórico-Crítica, que compreende a educação como prática social mediadora na formação de sujeitos conscientes e capazes de intervir na realidade, situam-se as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ).

O Núcleo, vinculado à Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), constitui-se em um espaço interdisciplinar de atuação voltado à promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, desenvolvendo ações que articulam

pesquisa e extensão, atendendo às demandas da comunidade e contribuindo para o fortalecimento da rede de proteção integral. Antes de adentrar nas atividades formativas desenvolvidas e na forma como são conduzidas pelo Núcleo, faz-se necessário destacar que essas ações têm como principal instrumento pedagógico o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA (Lei nº 8.069/1990).

O ECA constitui-se o marco fundamental na consolidação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, podendo ser compreendido, para além de sua dimensão jurídica, como um potente instrumento pedagógico no âmbito da educação em direitos humanos. Nessa perspectiva, o trabalho realizado com os adolescentes não se restringe à apresentação normativa de direitos e deveres, mas, busca possibilitar a compreensão crítica das condições sociais em que esses direitos são produzidos, negados ou efetivados.

Sob esta visão, entende-se que o ECA surge para estabelecer a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos no interior da sociedade, rompendo com perspectivas assistencialistas que acionam intervenções apenas em situações de risco e vulnerabilidade. Trata-se de uma mudança paradigmática que desloca a criança e o adolescente da condição de objeto de tutela para a condição de sujeitos históricos, inseridos em relações sociais concretas (CALISSI; SILVEIRA, 2013). Nesse sentido, a doutrina da proteção integral amplia o entendimento de cuidado, contemplando não apenas a dimensão física, mas, também os aspectos morais, sociais e éticos, em consonância com uma proposta formativa que reconhece a integralidade do desenvolvimento humano.

No que se refere ao cumprimento desse papel social, a escola emerge como um espaço privilegiado para a materialização dos princípios do ECA e da Educação em Direitos Humanos. Enquanto instância formativa fundamental, posterior à família, cabe à escola instruir e educar, mas, também promover práticas educativas que favoreçam a construção de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos (CALISSI; SILVEIRA, 2013).

Em concordância com tais ideias, no que diz respeito os objetivos da Pedagogia histórico-crítica por Saviani (2011), o NEDDIJ assume um papel, embasado em tais reflexões e em aquiescência com o ECA, o objetivo de formar os jovens em sua cidadania mais plena. Através de projetos, aulas, que abrangem a

identificação histórica da humanidade, no que concerne o homem enquanto ser social, cumpre-se a função de conciliar o ensino regular sistêmico com os ensinamentos éticos e morais, trazendo, assim, por meio do agir pedagógico, um rumo para a transformação educacional brasileira.

No âmbito de suas ações pedagógicas, o NEDDIJ desenvolve atividades com crianças e adolescentes em diferentes espaços públicos. Nesta pesquisa, em especial, são consideradas as ações formativas desenvolvidas com adolescentes, compreendidos entre 12 e 18 anos, conforme o ECA/1990 a partir de um recorte temporal que abrange o período de 2024 a março de 2026.

A seguir, apresenta-se uma tabela com as principais ações desenvolvidas com os adolescentes, considerando os locais de realização, a faixa etária atendida e o período de execução:

Tabela 1 - Ações formativas desenvolvidas pelo NEDDIJ/UENP com adolescentes (2024–2026)

LOCAL	FAIXA ETÁRIA	PERÍODO DOS PROJETOS
Centro da Juventude José Richa	14 a 18 anos	Encontros mensais desde 2024 (vigente/março 2026)
Colégio Estadual do Campo Valmir Mota de Oliveira - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	12 a 18 anos	Encontros mensais desde 2024 (vigente/março 2026)
Colégio Cívico Militar José Pavan	12 a 15 anos	Projeto “Minha História, meus sonhos” - realizado no segundo semestre de 2025.
Colégio Estadual Imaculada Conceição	12 a 15 anos	Palestra sobre Combate ao Racismo - Novembro 2025
Colégio Estadual Maria Dalila Pinto	12 a 15 anos	Palestra sobre Bullying e Cyberbullying - Outubro 2025
Educação de Jovens e Adultos (EJA) do SESC de Jacarezinho	15 a 60 mais	Palestra sobre Bullying e Cyberbullying Palestra sobre Direitos e Deveres Março 2026
Feira das Profissões - Universidade Estadual do Norte do Paraná	15 a 18 anos	Participação do NEDDIJ na Feira das Profissões com orientações através de visita guiada

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Centro de Socioeducação - Santo Antônio da Platina	15 a 21 anos	Implantação de projeto sobre perspectiva de vida (Fase de planejamento)
---	--------------	---

Fonte: Relatório Técnico NEDDIJ/UENP (2024-2026)

As experiências formativas com adolescentes ocorrem por meio de rodas de conversa, palestras e oficinas, organizadas de acordo com o tempo disponível e a temática abordada. Atualmente, destacam-se dois projetos contínuos, realizados mensalmente: um no Centro da Juventude José Richa e outro no Colégio Estadual do Campo Valmir Mota de Oliveira, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Jacarezinho.

O Centro da Juventude José Richa, localizado no bairro Aeroporto de Jacarezinho/Paraná é um espaço de referência voltado para o atendimento de crianças e adolescentes da comunidade. O local promove atividades esportivas, culturais, artísticas, de lazer e qualificação profissional, com o objetivo de prevenir a vulnerabilidade social e oferecer oportunidades de desenvolvimento à esses jovens. As atividades, específicas do em que o NEDDIJ/UENP vem desenvolvendo neste local, atende em média 40 adolescentes entre 14 (quatorze) à 18 (dezoito) anos de idade, que se enquadram na função de agentes da cidadania. Esses agentes da cidadania, são adolescentes da comunidade que tornam-se protagonistas e mobilizadores sociais, onde participam, organizam e promovem atividades sociais neste espaço de convivência e que contam com uma bolsa-auxílio mensal para realizar o projeto, sendo uma destas atividades a participação nas ações formativas desempenhadas pelo Núcleo.

Outro espaço formativo em que as ações do NEDDIJ/UENP vêm sendo desenvolvidas de maneira contínua é o Colégio Estadual do Campo Valmir Mota de Oliveira. Esta instituição, até recentemente, era caracterizada como Escola Itinerante atendendo, desde 2008, estudantes oriundos de acampamentos localizados na Fazenda Itapema e em suas redondezas. As escolas itinerantes distinguem-se por sua natureza móvel, acompanhando a dinâmica das famílias nas lutas pela terra, e por desenvolverem um currículo vinculado à realidade do campo e à formação integral dos sujeitos. Atualmente, formalizado como colégio do campo e integrado à Rede Estadual de Ensino, a instituição mantém os princípios da educação do campo,

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

valorizando os saberes, as vivências e as especificidades socioculturais dos estudantes atendidos.

Nesse contexto, observa-se que, embora os adolescentes atendidos pertençam à mesma faixa etária daqueles de outros espaços formativos, as condições sociais e históricas em que estão inseridos influenciam diretamente suas formas de pensar, agir e compreender o mundo. Diante disso, as ações formativas desenvolvidas pelo NEDDIJ, articuladas a uma perspectiva de educação crítica, consideram os conhecimentos prévios dos adolescentes, suas experiências e suas realidades concretas. A partir desse movimento, busca-se promover a mediação com o conhecimento sistematizado, favorecendo à ampliação da compreensão crítica da realidade e a formação de sujeitos conscientes e atuantes.

Ambos citados, integram o projeto ECA nas Escolas, que tem como objetivo disseminar o conhecimento acerca dos direitos e deveres previstos na Lei nº 8.069/1990, contribuindo para a formação cidadã, crítica e reflexiva de adolescentes da rede pública. Nesse contexto, as atividades são planejadas com o intuito de promover a conscientização sobre direitos, prevenir situações de violência e violação de direitos, estimular o pensamento crítico e fortalecer a cultura de respeito e cidadania no ambiente escolar e em diferentes ambientes.

Dentre os temas abordados com os adolescentes nesses encontros destacam-se: Direitos e Deveres; O uso das redes sociais e responsabilidade digital; Saúde mental (setembro amarelo); Política e Democracia; Bullying e Cyberbullying; Des (igualdade) de gênero; Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes (Maio Laranja), entre outros. Além dos projetos contínuos, o NEDDIJ também desenvolve ações formativas pontuais, realizadas a partir de demandas da comunidade escolar e de instituições parceiras. Essas intervenções, geralmente promovidas em colégios estaduais, são direcionadas a turmas específicas e abordam temáticas relevantes indicadas pelas próprias instituições.

No âmbito universitário, destaca-se ainda a participação do Núcleo na Feira das Profissões da UENP, evento anual que recebe adolescentes de diversas escolas públicas. Nessa ocasião, o NEDDIJ organiza espaços temáticos voltados à orientação e à apresentação de possibilidades de formação acadêmica, contribuindo para à ampliação das perspectivas educacionais e profissionais dos participantes.

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

No que se refere à construção de projetos de vida, destaca-se, ainda, a articulação em andamento com o Centro de Socioeducação (CENSE) de Santo Antônio da Platina, prevista para início em maio de 2026. A proposta visa desenvolver ações formativas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, abordando temas sobre a identidade, saúde mental, cidadania, responsabilização e reinserção social. O projeto busca contribuir para a construção de perspectivas concretas de futuro, por meio do acesso à informação e do encaminhamento a políticas públicas, entre eles estão: educação, trabalho, cultura, assistência social e saúde.

Diante do exposto, evidencia-se que as ações desenvolvidas pelo NEDDIJ/UENP com adolescentes ultrapassam a dimensão meramente informativa acerca dos direitos previstos no ECA, configurando-se as práticas educativas comprometidas com a formação integral dos sujeitos. Ao articular teoria e prática, universidade e comunidade, o Núcleo consolida-se em um espaço formativo que promove o acesso ao conhecimento crítico, valoriza as vivências dos adolescentes e contribui para o fortalecimento de sua autonomia e protagonismo social.

O trabalho desenvolvido revela-se de significativa relevância social, sobretudo por alcançar públicos diversos, inseridos em diferentes contextos sociais, e por atuar diretamente na prevenção de violações de direitos, na promoção da cidadania e na construção de perspectivas de futuro. As experiências formativas proporcionadas pelo NEDDIJ demonstram que ao aplicar à educação em direitos humanos, quando fundamentada em uma perspectiva crítica e contextualizada, possui um papel central para a constituição de adolescentes mais conscientes de seus direitos, deveres e de sua capacidade de intervir em sua realidade.

Assim, reafirma-se a importância do NEDDIJ/UENP enquanto espaço de resistência, formação e transformação social, cuja atuação junto aos adolescentes contribui não apenas para o fortalecimento da rede de proteção integral, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com a efetivação dos direitos humanos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anais do II Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Direitos Humanos
13 a 15 de abril de 2026, UEL – Paraná

Com base na perspectiva histórico-crítica de Saviani (2011), a educação é posta de maneira sistematizada, objetiva, visando em sua transformação social a emancipação de adolescentes que se encontram afastados, historicamente, do conhecimento científico, por inúmeros fatores, especialmente, o que tange às vulnerabilidades sociais.

Em sua seriedade, a pedagogia é retirada do senso comum, atravessando a ideia de que o educador se encontra em uma posição resumida no “cuidar” ou atuante unicamente nas instituições de ensino regular. Observamos, pois, que a Pedagogia, moldada pelo técnico-político, adentra os diversos âmbitos desenvolvidos pelo homem, trazendo consigo os saberes presentes em uma herança cultural refinada e passível de transmissão. Através do devido entendimento, a ação pedagógica ganha o seu espaço na formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade.

Com base nesse entendimento crítico, percebe-se que a Educação em Direitos Humanos constitui uma extensão prática do pensamento crítico de Saviani, visando a formação de sujeitos conscientes e a transformação social efetiva. Sob esta perspectiva, a Educação em Direitos Humanos fortalece a formação de sujeitos conscientes, a partir do momento em que se identifica a necessidade de dar continuidade ao processo de transformação social. Desta forma, no que se entende por técnico-político, é evidente que a educação, assim como o educador, pende para um lado, ou seja, a educação e o educador não são neutros. Torna-se, assim, compreensível que o transmitir deve ser intencional e posicionado, a fim de evitar a reprodução de discursos ideológicos imediatos ou que replicam a desigualdade.

Nesse contexto, ao analisar tais experiências, conforme proposto neste estudo, torna-se possível identificar que as ações do Núcleo contribuem de maneira efetiva para a promoção da cidadania, o fortalecimento do protagonismo juvenil e a ampliação da compreensão crítica das desigualdades e contradições sociais. Assim, o NEDDIJ/UENP consolida-se como um espaço formativo que, ao integrar a pesquisa e extensão, potencializa a formação de adolescentes enquanto sujeitos históricos, conscientes de sua realidade e capazes de intervir de forma crítica e transformadora na sociedade.

A construção social posiciona os adolescentes para um entendimento abrangente de seu semelhante, a prática social ganha foco nos projetos executados ao longo da existência do NEDDIJ; além da atuação prática, as pesquisas e estudos enriquecidos pelo conhecimento pedagógico fomentam a ciência como meio de evolução das estruturas sociais. A objetividade se fortalece na formação desses adolescentes e demais bolsistas vinculados ao projeto extensionista.

4 REFERÊNCIAS

BALECHE, Flávia Leal King; SILVA, Sônia Cristina da. **A educação em direitos humanos na escola**. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23851_13205.pdf. Acesso: 01 abr. 2026

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 03 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2026.

CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Introdução: ECA – considerações gerais e orientações teórico-metodológicas. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **ECA nas escolas: perspectivas interdisciplinares**. Organização: Luciana Calissi; Vera Maria Godoy Silveira. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013. v. 4. Disponível em: <https://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016937.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2026.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715–726, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJywL/>. Acesso em: 8 abr. 2026.

CUNHA, Rodrigo Carvalho da; MALDANER, Jair José; CAVALCANTE, Rivadavia Porto. **Pedagogia histórico-crítica e educação em direitos humanos**: alternativas para o desenvolvimento de uma cultura de promoção e respeito dos direitos humanos. Debates em Educação, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 418–439, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n26p418-439. Disponível em:

<https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/8478>. Acesso em: 3 abr. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2005.

SANTOS, Robério Gomes dos, SANTOS, Liliane Gomes dos; SANTOS, Antônia Gabrielly Araújo dos. Educação em Direitos Humanos nas escolas brasileiras: contexto, possibilidades e desafios. **Revista Educação – UNG-Ser** - ISSN 1980-6469, 17(1), 8–22. Disponível em: <https://doi.org/10.33947/1980-6469-v17n1-486>. Acesso em: 08 abr. 2026

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.